

# T4U HOLDING BRASIL S.A.

CNPJ nº 03.801.927/0001-19

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	65	25	8.700	13.748
Aplicações financeiras	8	-	-	-	619
Contas a receber de clientes	9	-	-	7.591	7.331
Dividendos a receber	10	15.683	-	-	-
Impostos a recuperar		3	2	392	285
Despesas antecipadas		1.419	-	1.419	-
Outros ativos circulantes		-	50	311	161
Total do ativo circulante		17.170	77	18.413	22.144
Não circulante					
Ativos judiciais	16	-	-	432	377
Outros ativos não circulantes		-	-	104	122
Investimentos	10	38.298	49.977	-	-
Imobilizado	11	-	-	70.497	58.215
Total do ativo não circulante		38.298	49.977	71.033	58.714
Total do ativo		55.468	50.054	89.446	80.858

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	22.474	1.314
Fornecedores	13	224	-	3.519	1.691
Aluguéis a pagar	4	-	-	1.477	1.283
Obrigações tributárias	15	12	-	2.630	2.495
Obrigações trabalhistas		10	-	680	495
Dividendos a pagar		20.050	-	20.050	-
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	-	187	-
Outros passivos circulantes		-	-	474	540
Total do passivo circulante		20.296	-	51.491	7.918
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	-	19.818
Provisão para desmobilização de ativos	17	-	-	1.806	1.522
Provisão para demandas judiciais	16	-	-	977	1.112
Total do passivo não circulante		-	-	2.783	22.452
Patrimônio líquido					
Capital social	18	10.000	10.000	10.000	10.000
Reserva legal		1.590	-	1.590	-
Reservas de retenção de lucros		23.582	-	23.582	-
Lucros acumulados		-	-	40.054	-
Patrimônio líquido de controladores		35.172	50.054	35.172	50.054
Participação de não controladores		-	-	-	434
Total do patrimônio líquido		35.172	50.054	35.172	50.488
Total do passivo e patrimônio líquido		55.468	50.054	89.446	80.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida	19	-	74.254	68.479
Custo das locações	20	-	(24.488)	(21.762)
Lucro bruto		-	49.766	46.717
Despesas operacionais:				
Despesas gerais e administrativas	21	(1.003)	(4)	(6.545)
Outras receitas operacionais				275
Resultado de equivalência patrimonial	10.2	32.826	30.726	-
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		31.823	30.726	43.496
Despesas financeiras	22	(37)	(19)	(4.402)
Receitas financeiras	23	6	13	1.526
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		31.792	30.716	40.610
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15	(1)	(3)	(8.707)
Lucro líquido do exercício		31.791	30.713	31.903
Lucro líquido do exercício atribuível aos:				
Acionistas controladores		31.791	30.713	31.791
Acionistas não controladores		-	-	112
Lucro líquido por ação básico e diluído - em reais	24	1,06	1,02	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício	31.791	30.713	31.903	30.861
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	31.791	30.713	31.903	30.861
Resultado abrangente atribuível aos:				
Controladores	31.791	30.713	31.791	30.713
Não controladores	-	-	112	148
Resultado abrangente do exercício	31.791	30.713	31.903	30.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. Contexto operacional:** A T4U Holding Brasil S.A. ("Companhia" ou "T4U"), anteriormente denominada T4U Holding Brasil Ltda., constituída no Brasil em 28 de abril de 2000, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, 220 - 11 andar - Conjunto 112. A T4U e suas controladas tem como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada ("Sites"), que compreende torres de telecomunicações e a sua infraestrutura, para operadoras de telecomunicações. Os Sites são instalados em imóveis de terceiros - terrenos "gratuitos" ou "topos de telhado" ("roof tops"), os quais são alugados pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía 506 Sites em operação ou construção, assim distribuídos:

Sites em operação	488
Sites em construção	18
Total	506

Em 14 de agosto de 2014, a Companhia protocolou pedido de registro de companhia aberta e de oferta pública inicial de ações ("pedido de registro") junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 12 de fevereiro de 2015, a Companhia solicitou o cancelamento deste pedido de registro, o qual foi deferido pela CVM em 19 de fevereiro de 2015.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ITCPC") e orientações ("OCCP"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/74 e alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações, práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, aplicadas as disposições contábeis das demonstrações financeiras separadas, somente no que se referia à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da Controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode resultar em ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2014 e 2013, incluem a consolidação integral das seguintes controladas:

Controladas	2014	2013
T4U Brasil Ltda. ("T4U Brasil") (a)	100,00	99,99
Torres do Brasil Ltda. ("Torres do Brasil") (a)	100,00	99,99
T4U ND Infra-Estrutura Ltda. ("T4U ND") (b)	100,00	99,42
T4U RJ Infra-Estrutura Ltda. ("T4U RJ") (b)	100,00	99,51
T4U SP Infra-Estrutura Ltda. ("T4U SP") (b)	100,00	99,80
T4U SPI Infra-Estrutura Ltda. ("T4U SPI") (b)	100,00	99,87
T4U Sul Infra-Estrutura Ltda. ("T4U SUL") (b)	100,00	99,52
T4U Norte Infra-Estrutura Ltda. ("T4U NORTE") (b)	100,00	95,10

(a) Controladas diretas da Companhia. (b) Corresponde ao percentual de participação indireta da Companhia, uma vez que tais empresas são controladas diretamente pela T4U Brasil. A controlada de maior participação é a T4U Brasil Ltda. A Companhia não exerce mais controle sobre a controlada. As demonstrações financeiras individuais das controladas foram elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todas as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 13 de março de 2015.

**3. Resumo das principais práticas contábeis:** **3.1. Conversão de moeda estrangeira:** (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia opera ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. (b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão das moedas são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das demonstrações financeiras separadas, somente no que se referia à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da Controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode resultar em ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2014 e 2013, incluem a consolidação integral das seguintes controladas:

Controladas	2014	2013
T4U Brasil Ltda. ("T4U Brasil") (a)	100,00	99,99
Torres do Brasil Ltda. ("Torres do Brasil") (a)	100,00	99,99
T4U ND Infra-Estrutura Ltda. ("T4U ND") (b)	100,00	99,42
T4U RJ Infra-Estrutura Ltda. ("T4U RJ") (b)	100,00	99,51
T4U SP Infra-Estrutura Ltda. ("T4U SP") (b)	100,00	99,80
T4U SPI Infra-Estrutura Ltda. ("T4U SPI") (b)	100,00	99,87
T4U Sul Infra-Estrutura Ltda. ("T4U SUL") (b)	100,00	99,52
T4U Norte Infra-Estrutura Ltda. ("T4U NORTE") (b)	100,00	95,10

(a) Controladas diretas da Companhia. (b) Corresponde ao percentual de participação indireta da Companhia, uma vez que tais empresas são controladas diretamente pela T4U Brasil. A controlada de maior participação é a T4U Brasil Ltda. A Companhia não exerce mais controle sobre a controlada. As demonstrações financeiras individuais das controladas foram elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todas as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 13 de março de 2015.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas da Controladora		Reserva de retenção de lucros		Lucros acumulados		Patrimônio líquido da Controladora		Participação de não controladores		Patrimônio líquido consolidado	
	Capital social	Reserva legal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Saldos em 31 de dezembro de 2012	10.000	-	-	-	25.441	-	45.441	-	286	-	45.727	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(26.100)	-	(26.100)	-	-	-	(26.100)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.713	-	30.713	-	148	-	30.861	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	10.000	-	-	-	40.054	-	50.054	-	434	-	50.488	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(39.235)	-	(39.235)	-	-	(546)	(39.235)	(546)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	112	-	112	-	-	-	112	-
Destinação do lucro líquido do exercício:												
Reserva legal	-	1.590	-	-	(1.590)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(7.550)	-	(7.550)	-	-	-	(7.550)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	23.582	-	23.582	-	-	-	23.582	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.000	1.590	-	-	23.582	-	35.172	-	112	-	35.172	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas	-	-	77.650	71.351
Receitas de locações	-	-	77.375	71.073
Outras receitas	-	-	275	329
Perda em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(51)	-
Insumos adquiridos de terceiros	(1.003)	(4)	(4.597)	(3.615)
Serviços de terceiros e outros	(1.003)	(4)	(4.597)	(3.615)
Valor adicionado bruto	(1.003)	(4)	73.053	67.736
Depreciação	-	-	(3.284)	(3.409)
Valor adicionado líquido	(1.003)	(4)	69.769	64.327
Valor adicionado recebido em transferência:	32.826	30.739	1.526	1.592
Resultado de equivalência patrimonial	32.826	30.726	-	-
Receitas financeiras	6	13	1.526	1.592
Valor adicionado total a distribuir	31.829	30.735	71.295	65.919
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal	-	-	(4.323)	(3.671)
Remuneração direta	-	-	(2.855)	(3.062)
Benefícios	-	-	(612)	(455)
Encargos sociais	-	-	(856)	(154)
Impostos, taxas e contribuições	(1)	(3)	(11.828)	(10.539)
Federais	(1)	(3)	(11.828)	(10.539)
Remuneração de capital de terceiros	(37)	(19)	(23.241)	(20.857)
Juros	(37)	(19)	(4.412)	(4.403)
Aluguéis	-	-	(18.435)	(16.179)
Outros	-	-	(394)	(275)
Remuneração de capitais próprios	(31.791)	(30.713)	(31.903)	(30.861)
Dividendos propostos/distribuição de lucros	(7.550)	(26.100)	(7.550)	(26.100)
Lucros retidos	(24.241)	(4.613)	(24.241)	(4.613)
Participação de não controladores	-	-	(112)	(148)
Valor adicionado: distribuído	(31.829)	(30.735)	(71.295)	(65.919)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ros. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A existência, por razões econômicas ou jurídicas, relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantida ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados à partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada como os ativos financeiros individuais na carteira; Mudanças adversas na situação do pagamento dos fornecedores de empréstimo na carteira; • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reduzido se o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. c) *Desreconhecimento de passivos financeiros:* Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a tal passivo é liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo cetero, mediante termos substancialmente diferentes, ou quando os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado. **3.3.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas quando o cliente reconhece as obrigações reconhecidas no custo de desmobilização do ativo imobilizado. Os ativos e passivos são reconhec

## Continuação

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar substancialmente o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia reconhece o valor justo para demandas judiciais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para desmobilização de ativos:** O custo de desmobilização de ativos é determinado com base na melhor estimativa da Administração, levando em consideração o histórico de valores incorridos pela Companhia. Com base nesta estimativa, os fluxos de caixa futuros para estes desembolsos são determinados com base na projeção de taxa de inflação (principal indexador dos valores cobrados pelos prestadores de serviços contratados pela Companhia) e descontados a valor presente com base em taxa de juro que reflita a avaliação das condições de mercado vigentes.

**6. Novas normas e pronunciamentos adotados recentemente:** IAS 32 - **Compensação de Ativos e Passivos Financeiros** - Revisão da IAS 32: Essas revisões esclarecem o significado de "ativamente tiver um direito legalmente executível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A Companhia não identificou impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência destas revisões. IAS 39 - **Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge** - Revisão da IAS 39: Essa revisão ameniza a descontinuidade da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. A Companhia não identificou impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência destas revisões. IFRIC 21 - **Tributos:** Em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21, que esclarece quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação, exceto imposto de renda, em suas demonstrações financeiras. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. O IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37 - **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.** O IAS 37 estabelece critérios para o reconhecimento de um passivo, um dos quais é a exigência de que a Companhia tenha uma obrigação presente como resultado de um evento passado, conhecido como fato gerador da obrigação. A Companhia não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas na adoção desta interpretação. **Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27):** Essas revisões fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não identificou impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência da adoção dessas revisões, uma vez que nenhuma de suas controladas se qualifica como entidade de investimento.

**7. Novas normas e pronunciamentos ainda não adotados:** IFRS 9 - **Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - **Instrumentos Financeiros**, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - **Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração** e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. E exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **Melhorias anuais - Ciclo 2010-2012:** IAS 16 - **Ativo Imobilizado** e IAS 38 - **Ativo Intangível:** A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece, na IAS 16 e na IAS 38, que o ativo pode ser reavaliado utilizando dados observáveis sobre o valor contábil líquido ou bruto. Adicionalmente, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores contábeis ou brutos do ativo. IAS 24 - **Divulgações de Partes Relacionadas:** A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações da parte relacionada. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração. IFRS 15 - **Receitas de Contratos com Clientes:** A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Companhia está avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotá-la na data efetiva da sua entrada em vigor. Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - **Eslarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização:** As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um ativo intangível (o qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo intangível. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto à Companhia, uma vez que a Companhia não utilizou um método baseado na receita para depreciar ativos não circulantes. Alterações à IAS 27 - **Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas:** As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Entidades que elaboram demonstrações financeiras de acordo com as IFRS pela primeira vez e que optem por adotar o método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas deverão aplicar esse método a partir da data de transição às IFRS. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, a qual foi utilizada pela Companhia, conforme descrito na nota 2.

## 8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixas e bancos	-	-	98	193
Aplicações financeiras (a):				
Banco Safra	-	-	5.314	7.755
Banco Itaú	-	-	2.015	3.516
Banco Santander	65	25	1.273	2.866
Banco Votorantim	-	-	-	37
	65	25	8.602	14.174
Total caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	65	25	8.700	14.367
Caixa e equivalentes de caixa - ativo circulante	65	25	8.700	13.748
Aplicações financeiras - ativo circulante	-	-	-	619

(a) As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são mantidas com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa os quais estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 11. Imobilizado: 11.1. Movimentação:

Consolidado	Torres e infraestrutura	Móveis e utensílios e outros ativos	Custo de desmobilização	Construção em andamento	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	64.868	829	578	4.003	70.278
Adições	-	99	-	8.128	8.227
Custo de desmobilização	-	-	50	-	50
Baixas	(1.350)	(27)	-	-	(1.377)
Transferências	9.487	14	-	(9.501)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro 2013</b>	73.005	915	628	2.630	77.178
Adições	106	133	-	15.443	15.682
Custo de desmobilização	-	-	72	-	72
Baixas	(378)	-	(21)	-	(399)
Transferências	13.310	258	-	(13.568)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro 2014</b>	86.043	1.306	679	4.505	92.533
<b>Consolidado</b>	<b>Torres e infraestrutura</b>	<b>Móveis e utensílios e outros ativos</b>	<b>Custo de desmobilização</b>	<b>Construção em andamento</b>	<b>Total</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	(15.996)	(527)	(176)	-	(16.699)
Depreciação	(3.256)	(117)	(36)	-	(3.409)
Baixas	1.121	25	-	-	1.146
<b>Saldos em 31 de dezembro 2013</b>	(18.131)	(618)	(212)	-	(18.962)
Depreciação	(3.155)	(101)	(28)	-	(3.284)
Baixas	172	-	37	-	209
Transferências	13.310	258	-	(13.568)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro 2014</b>	(21.114)	(719)	(203)	-	(22.036)
31 de dezembro de 2013	54.874	297	416	2.630	58.215
31 de dezembro de 2014	64.929	587	476	4.505	70.497

Não houve *impairment* ou provisão para perda de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Durante os exercícios findos em 2014 e 2013, a Companhia não possuía ativos qualificáveis para capitalização de juros, em virtude do prazo de construção das torres e da infraestrutura ser menor de um ano, e não identificou a necessidade de revisar a vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tinha compromissos assumidos em decorrência da construção de infraestrutura e de torres, contratados junto aos seus fornecedores conforme ordens de compra aprovadas pela Administração, no montante de R\$4.723 (R\$3.684 em 31 de dezembro de 2013).

## 12. Empréstimos e financiamentos:

Tipo	Encargos financeiros	Consolidado	
	2014	2013	
Financiamento em moeda estrangeira (dólar norte-americano)	LIBOR 3 meses + 0,46565% a.a.	22.474	21.132
Total		22.474	21.132
Circulante		22.474	21.132
Não circulante		-	19.818

O financiamento possui como garantia instrumento de fiança e aval dos acionistas da Companhia. O financiamento em moeda em estrangeira possui cláusulas contratuais restritivas (covenants) com as seguintes condições a serem cumpridas pela Companhia: • Manutenção de EBITDA anual consolidado (lucro operacional antes do resultado financeiro e da depreciação) de no mínimo US\$19.500 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014; • Manutenção de caixa e equivalentes de caixa em montante superior ao valor de desembolso (principal mais juros) deste financiamento nos próximos 6 meses após a data do balanço. Em 31 de dezembro de 2014, a primeira condição acima descrita não foi cumprida pela Companhia. Como o banco não se manifestou formalmente, suspendendo o cumprimento desta condição pela Companhia antes de 31 de dezembro de 2014, o saldo do financiamento foi integralmente classificado no passivo circulante. Em 30 de abril de 2012, a Companhia contratou junto ao Israel Discount Bank de New York uma operação de swap por meio da qual trocou a taxa de juros do financiamento em moeda estrangeira por uma taxa pré-fixada de 1,57% ao ano. Segue abaixo um resumo da operação de swap:

Valor nominal	Contraparte	Início	Vencimento	Posição LIBOR 3M	Valor justo passiva 31/12/14
USD 8.460 mil	Israel Discount Bank of New York	30/04/2012	20/04/2018	+0,46565%	Pre 1,57%
					187
					Consolidado
					2014
					2013
Construção de infraestrutura e fornecimento de torres					3.127
Outros fornecedores					1.401
Total					392
					290
					3.519
					1.691

Aos Administradores e Acionistas da T4U Holding Brasil S.A. - São Paulo/SP Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da T4U Holding Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, e o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as de-

Tais aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósito Bancário, remuneradas a taxas que variam de 97% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da sua remuneração com o próprio emissor.

## 9. Contas a receber de clientes:

Descrição	2014	2013
Locações a receber	7.591	10.538
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	-	(3.207)
Total	7.591	7.331

De acordo com os contratos celebrados com os clientes, os valores de locação são substancialmente recebidos até o 21º dia do mês subsequente. O saldo de contas a receber de clientes por vencimento pode ser demonstrado conforme segue:

A vencer	2014	2013
Vencidos:	6.560	6.156
Até 30 dias	306	310
De 31 a 180 dias (a)	321	865
Deis de 180 dias	404	3.207
Total	7.591	10.538

(a) Em 31 de dezembro de 2014, os saldos vencidos estão representados substancialmente por contas a receber de operadoras de telecomunicações com pendências administrativas, as quais foram solucionadas e os valores foram subsequentemente recebidos pela Companhia. A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

Descrição	2014	2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(3.156)	-
Provisão registrada em despesas gerais e administrativas	(51)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(3.207)	-
Baixa definitiva de contas a receber (i)	3.207	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-

(i) Durante o exercício de 2014, após vários esforços de cobrança, a Companhia efetuou a baixa de contas a receber vencidas de clientes com os quais não mantêm mais relações comerciais, que foram determinados como não realizáveis.

## 10. Investimentos: 10.1. Composição do saldo:

Descrição	2014	2013
<b>Controladas diretas</b>		
T4U Brasil Ltda. ("T4U Brasil")	37.828	49.811
Torres do Brasil Ltda. ("Torres do Brasil")	257	166
	38.085	49.977
<b>Controladas indiretas</b>		
T4U SP Infraestrutura Ltda. ("T4U SP")	27	-
T4U Sul Infraestrutura Ltda. ("T4U Sul")	24	-
T4U RJ Infraestrutura Ltda. ("T4U RJ")	35	-
T4U ND Infraestrutura Ltda. ("T4U ND")	21	-
T4U SPI Infraestrutura Ltda. ("T4U SPI")	32	-
T4U Norte Infraestrutura Ltda. ("T4U Norte")	74	-
	213	-
Total	38.298	49.977

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está assim apresentada:

Descrição	T4U Brasil	Torres do Brasil	Controladas indiretas	Total
Saldos em 1º de dezembro de 2013	45.126	151	-	45.277
Dividendos recebidos	(26.025)	-	-	(26.025)
Equivalência patrimonial	30.711	15	-	30.726
Saldos em 31 de dezembro de 2013	49.811	166	-	49.977
Compra de participação de não controladores	-	-	78	78
Ganho na compra de participação de não controladores (a)	-	-	112	112
Dividendos recebidos (b)	(44.696)	-	-	(44.696)
Equivalência patrimonial	32.712	91	23	32.826
Saldos em 31 de dezembro de 2014	37.828	257	213	38.298

(a) Reconhecido em lucros acumulados. (b) Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de dividendos a receber de controladas é de R\$15.683. **10.3. Principais informações sobre as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas:** As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços em 31 de dezembro de 2014 e as principais informações sobre as demonstrações financeiras estão assim demonstradas:

Controladas diretas:	T4U Brasil Ltda.	Torres do Brasil Ltda.
Descrição	2014	2013
Ativo	78.502	124.808
Passivo	40.674	74.996
Patrimônio líquido	37.828	49.812
Receita operacional líquida	-	-
Lucro líquido do exercício	32.713	30.711

Controladas indiretas:	T4U ND Infra-Estrutura Ltda.	T4U RJ Infra-Estrutura Ltda.
Descrição	2014	2013
Ativo	20.007	12.981
Passivo	11.262	3.527
Patrimônio líquido	8.745	9.454
Receita operacional líquida	7.097	5.204
Lucro líquido do exercício	3.661	2.887

Controladas indiretas:	T4U SP Infra-Estrutura Ltda.	T4U SPI Infra-Estrutura Ltda.
Descrição	2014	2013
Ativo	16.924	37.518
Passivo	2.693	2.481
Patrimônio líquido	14.231	35.037
Receita operacional líquida	25.789	24.854
Lucro líquido do exercício	11.593	10.103

Controladas indiretas:	T4U Sul Infra-Estrutura Ltda.	T4U Norte Infra-Estrutura Ltda.
Descrição	2014	2013
Ativo	9.770	9.361
Passivo	4.805	1.741
Patrimônio líquido	4.965	7.620
Receita operacional líquida	3.797	3.034
Lucro líquido do exercício	2.201	1.715

Até um ano
 18.891 |

Mais de um ano e até cinco anos
 83.381 |

Mais de cinco anos
 31.378 |

Total
 133.650 |

O valor das despesas de aluguéis no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$18.435 (R\$16.179 em 2013).

## 15. Obrigações tributárias:

Descrição	2014	2013
Imposto de renda - IRPJ	1.581	1.551
Contribuição social - CSLL	602	574
COFINS	213	191
PIS	46	42
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	88	64
Outros	100	73
Total	2.630	2.495

Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL no resultado do exercício: Os valores de imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado apresentam a seguinte reconciliação em relação aos seus valores com base na alíquota nominal:

	Controladora	Consolidado
	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.792	30.716
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	(10.810)	(10.443)
Resultado de equivalência patrimonial	11.161	10.447
Outras diferenças permanentes	(352)	(7)
Diferença de tributação pelo lucro presumido	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social lançada no resultado	(1)	(3)
	(8.707)	(7.936)

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

monstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Opiniões: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da T4U Holding Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício find